

# RESOLUÇÃO N° 56/1999

(Publicada no Diário Oficial de 31/12/1999)

Ratificada e Alterada pelas Resoluções n°s 13/02, 45/06, 02/09 e 41/19.

Ver resoluções n°s 13/02, 02/09 e 41/19, que alteraram a titularidade da empresa.

## **Fixa o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido pela MCFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FELTROS.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos do § 1º, do art. 6º da lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991, Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1998 e alterações posteriores,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fixar em 90% o percentual do crédito presumido do ICMS a ser utilizado nas operações de saídas de solados e não tecido de fibras sintéticas, pela MCFIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FELTROS LTDA., CNPJ nº 92.660.240/0005-64 e IE nº 158.940.058NO, instalada neste Estado.

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 41 de 28/08/19, DOE de 04/09/19, devido mudança na titularidade da empresa, efeitos a partir de 04/09/19.

**Redação anterior dada ao art. 1º pela Resolução nº 02 de 18/02/09, DOE de 20/02/09, devido mudança na titularidade da empresa, efeitos de 20/02/09 a 03/09/19:**

*“Art. 1º Fixar em 90% o percentual do crédito presumido do ICMS a ser utilizado nas operações de saídas de solados e não tecido de fibras sintéticas, pela RENNER NORDESTE LTDA., CNPJ nº 04.299.596/0001-23, instalada neste Estado.”*

**Redação anterior dada ao art. 1º pela Resolução nº 13 de 12/09/02, DOE de 03/10/02, devido mudança na titularidade da empresa, efeitos de 03/10/02 a 19/02/09:**

*“Art. 1º Fixar em 90% o percentual do crédito presumido do ICMS a ser utilizado nas operações de saídas de solados e não tecido de fibras sintéticas, pela POLYTANA NORDESTE S/A, instalada neste Estado.”*

**Redação originária, efeitos até 02/10/02:**

*“Art. 1º Fixar, “ad referendum” do Conselho Deliberativo, em 90% o percentual do crédito presumido a ser utilizado nas operações de saída de solados, saltos e produtos químicos para calçados pela POLYURETANA INDÚSTRIA DE COMPONENTES DE POLIURETANO LTDA., a se instalar no município de Santo Antônio de Jesus, neste Estado.”*

**Art. 2º** Conceder prazo de 20 (vinte) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção.

**Nota:** A redação atual do art. 2º foi dada pela Resolução nº 45 de 21/12/06, DOE de 22/12/06, efeitos a partir de 22/12/06.

**Redação anterior dada ao art. 2º pela Resolução nº 13 de 12/09/02, DOE de 03/10/02, efeitos de 03/10/02 a 21/12/06:**

*“Art. 2º O prazo do presente benefício vigorará por 15 (quinze) anos, contado a partir da data da emissão da primeira nota fiscal.”*

**Redação originária, efeitos até 02/10/02:**

*“Art. 2º O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção até 31.12.2014.”*

**Art. 3º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 27 de dezembro de 1999.

**BENITO GAMA**

Presidente